

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2026/2027

CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR, inscrita no CNPJ/MF sob número 88.446.034/0001-55, Inscrição Estadual 025/0053039, com sede em Carazinho/RS, à Avenida Pátria, 1351, bairro Sommer, neste ato representada por sua Diretora Presidente Jéssica Larger Previatti, CPF 023.423.340-01, e por sua Diretora Administrativa Financeira Ana Paula de Souza Sartori, CPF 016.199.650-70, doravante designada como **ELETROCAR**;

e

SENERGISUL – SINDICATO DOS ELETRICITARIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob número 92.958.990/0001-33, com sede em Porto Alegre/RS na Rua Marcílio Dias, 491, bairro Menino Deus, neste ato representado por seu Presidente Antônio Jailson da Silva Silveira, CPF 903.292.360-91, e por seu Diretor Luis Alberto da Silva Bastos, CPF 438.805.680-49, doravante designado como **SENERGISUL**; celebram o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 1º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA – REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da ELETROCAR serão reajustados a partir de 1º de março de 2026, com base no reajuste escalonado linear, aumento de R\$ 200,00 para salários base do Nível 1 de até R\$ 4.000,00 e R\$ 100,00 para salários base do Nível 1 acima de R\$ 4.000,00.

CLÁUSULA TERCEIRA – DATA DE PAGAMENTO

A ELETROCAR efetuará o pagamento dos salários de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

Parágrafo primeiro: A ELETROCAR concederá adiantamento salarial aos seus empregados na importância de 40% (quarenta por cento) da remuneração fixa. Este adiantamento será pago até o dia 15 de cada mês, sendo descontado na folha de pagamento mensal.

Parágrafo segundo: Fica a ELETROCAR autorizada a efetuar a suspensão ou redução do valor do pagamento do adiantamento de salário para o empregado que apresente insuficiência de saldo na folha de pagamento do mês anterior ou previsão de insuficiência para o mês corrente.

CLÁUSULA QUARTA – REMUNERAÇÃO DO MENOR APRENDIZ

Fica estipulado que o menor aprendiz que for contratado pela empresa, em atendimento a Lei Federal nº 10.097/2000 ou outra que venha substituí-la, perceberá como remuneração o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário-base fixado para o nível 1, faixa 1, do emprego Oficial de Serviços Gerais/Zelador.

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL/RS

A ELETROCAR garantirá para todos os empregados o recebimento de no mínimo o valor do salário mínimo regional do Rio Grande do Sul vigente, com a diferença paga em rubrica exclusiva, até que os salários dos empregados atingidos sejam normalizados através dos avanços previstos nos Planos de Empregos e Salários ou nos Acordos Coletivos, sem a incorporação da diferença antes existente.

CLÁUSULA SEXTA – DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR)

A partir de 01/03/2014 os dias determinados como ponto facultativo estabelecidos pela empresa, integrarão aos domingos e feriados para fins do cálculo do descanso/repouso semanal remunerado, devido sobre as horas extraordinárias habitualmente prestadas (inclusive adicional noturno).

CLÁUSULA SÉTIMA – BÔNUS ALIMENTAÇÃO

A ELETROCAR fornecerá 25 (vinte e cinco) bônus alimentação por mês a todos os seus empregados, inclusive nos meses de férias regulamentares e nos períodos de gozo do prêmio assiduidade, constante na cláusula 27ª (vigésima sétima) deste Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo primeiro: O valor do bônus alimentação será reajustado a partir de 1º de março de 2026, passando cada bônus ao valor de R\$ 82,00 (oitenta e dois reais).

Parágrafo segundo: Ao empregado que apresentar faltas justificadas ou injustificadas, sejam elas de período integral ou de único turno, excluídas as previstas no art. 473 da CLT, a de participação em júri e/ou outros serviços obrigatórios por lei, por licença gestante, dispensa para amamentar, as de desempenho de função eletiva para exercer mandato sindical (art. 543 da CLT), não será devido o valor do bônus alimentação para

o dia em que ocorrer a ausência. O cálculo dos bônus devidos será realizado pela seguinte fórmula:

- **$((30 \text{ dias do mês} - \text{quantidade de ausências}) \times 25 \text{ bônus}) / 30 \text{ dias}$**
- Caso seja encontrada quantidade fracionada, deverá ser feito o arredondamento para cima;
- 30 dias do mês = mês comercial a ser utilizado de janeiro a dezembro.

Parágrafo terceiro: O pagamento do bônus alimentação ocorrerá até o dia 25 de cada mês.

Parágrafo quarto: O bônus alimentação fornecido pela ELETROCAR tem natureza indenizatória, e o valor correspondente não integrará o salário para qualquer efeito legal, nos termos do parágrafo segundo do artigo 457 da CLT.

Parágrafo quinto: Será estendido o bônus alimentação ao empregado que sofrer acidente de trabalho ou doença ocupacional, assim definido e reconhecido pela Previdência Social, durante o período em que permanecer em auxílio junto ao INSS limitado até o seu retorno ao trabalho, quando passará novamente a observar as regras normais, ou até a concessão de aposentadoria quando o afastamento pela Previdência Social se prolongar até atingir o direito a aposentadoria.

Parágrafo sexto: O bônus alimentação será pago ao empregado que estiver em gozo de auxílio doença junto ao INSS a partir de 01/03/2019 pelo período máximo de 3 (três) meses, incluído nesse período os 15 (quinze) dias de responsabilidade da empresa. Para os empregados que, na entrada em vigor deste acordo, já estiverem em auxílio doença, permanece o estabelecido nos acordos anteriores.

Parágrafo sétimo: Havendo o óbito de qualquer empregado, a ELETROCAR pagará à(ao) viúva(o) o bônus alimentação durante 18 (dezoito) meses, a razão de 25 (vinte e cinco) bônus por mês.

CLÁUSULA OITAVA – BÔNUS ALIMENTAÇÃO NATALINO

A ELETROCAR pagará a título de gratificação natalina, um bônus alimentação extra no mês de dezembro, no valor de R\$ 1.065,00 (Um mil e sessenta e cinco reais) para todos os empregados que estejam em atividade no mês de dezembro e também àqueles que estiverem na condição estabelecida no § 5º da Cláusula 7ª (sétima) deste ACT.

Parágrafo primeiro: O pagamento do bônus alimentação natalino ocorrerá até o dia 20 do mês de dezembro.

Parágrafo segundo: O bônus alimentação natalino fornecido pela ELETROCAR tem natureza indenizatória, e o valor correspondente não integrará o salário para qualquer efeito legal, nos termos do parágrafo segundo do artigo 457 da CLT.

CLÁUSULA NONA – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Será reajustada em 5% (cinco) conforme reajuste definido no Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO INCORPORADA

A partir da vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, não haverá novas incorporações de gratificação de função, permanecendo a referida gratificação vinculada exclusivamente ao efetivo exercício da função.

Parágrafo primeiro - Direito adquirido

Ficam integralmente preservados os direitos adquiridos dos empregados que, até a data de vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho, já tenham implementado os requisitos para incorporação ou que já percebam gratificação incorporada, não havendo qualquer supressão ou redução das vantagens já consolidadas.

Parágrafo segundo - Pagamento da gratificação

O empregado designado para função de chefia perceberá a respectiva gratificação de função enquanto perdurar sua designação para o cargo, cessando o pagamento da gratificação quando do término do exercício da função.

Parágrafo terceiro - Reajuste das gratificações

As gratificações de função não incorporadas serão reajustadas anualmente pelos mesmos índices e nas mesmas datas aplicáveis ao reajuste salarial definido no presente Acordo Coletivo de Trabalho, conforme previsto na cláusula nona.

Fica estabelecido que, para fins de resguardo dos direitos já constituídos, será realizado o fechamento do período passível de incorporação até a data de 02 de março de 2026, procedendo-se à respectiva apuração e inclusão do valor correspondente na folha de pagamento dos empregados que possuam períodos incorporáveis até esta data.

A partir de então, permanecem assegurados os valores já incorporados, observando-se, quando aplicável, apenas a diferença entre valor da parcela incorporada e o valor da gratificação de função vigente reajustada conforme os critérios estabelecidos no presente no Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo quarto: As gratificações de funções incorporadas serão reajustas a partir de 1º de março de 2026 em 5% (cinco) conforme reajuste definido no Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GRATIFICAÇÃO APÓS FÉRIAS

A ELETROCAR pagará a todos os empregados, a partir de 01/08/1985, uma gratificação denominada de Gratificação Após Férias.

Parágrafo primeiro: A Gratificação Após Férias será paga no retorno das férias, proporcionalmente aos dias de gozo das férias, bem como da conversão em pecúnia prevista na CLT, se for o caso. O pagamento será efetuado juntamente com a folha de pagamento mensal, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao retorno das férias.

Parágrafo segundo: A ELETROCAR, a seu critério, poderá efetuar pagamento de adiantamento da Gratificação Após Férias em até 5 dias após o retorno do empregado das férias.

Parágrafo terceiro: O valor da Gratificação Após Férias será equivalente ao salário contratual do cargo de electricista, Classe 32, Nível 1.

Parágrafo quarto: Não serão compensados valores referentes ao abono de 1/3 (um terço) da remuneração de férias previsto constitucionalmente no pagamento da Gratificação Após Férias.

Parágrafo quinto: A Gratificação Após Férias recebida pelos empregados, no período de vigência deste acordo coletivo de trabalho, não terá reflexos na apuração de quaisquer verbas de natureza remuneratória ou indenizatória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A ELETROCAR manterá apólice de seguro de vida em grupo em favor de seus empregados, com valor de cobertura não inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ADICIONAL DE LINHA VIVA

O valor do Adicional de Linha Viva constante no ACT 2025/2026, pago a todo empregado no cargo de electricista, que estiver desempenhando a função na equipe de linha viva, a partir de 1º de março de 2026 será reajustado o adicional percebido em 5,00% passando para R\$ 1.428,03 (um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e três centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – QUEBRA DE CAIXA

O valor da Quebra de Caixa constante no ACT 2025/2026, permanece o mesmo valor sem reajuste.

Parágrafo primeiro: Fica assegurado o direito à percepção da gratificação de quebra de caixa no valor fixo do último ACT, acrescido do reajuste previsto no caput, ou 10% (dez por cento), incidente sempre sobre o salário básico mensal para o empregado que exercer a função de caixa, pagando-se sempre o que for maior.

Parágrafo segundo. O empregado em substituição que exercer a função de caixa terá direito, a partir do 1º (primeiro) dia de substituição, ao recebimento proporcional ao período de substituição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PRÊMIO POR DESEMPENHO

A ELETROCAR pagará por sua liberalidade um prêmio em razão do desempenho dos empregados referente ao ano de 2025, o qual será pago no ano de 2026 na forma da CLT, art. 457, §§ 2º e 4º, e seguirá as diretrizes a seguir:

a) O valor total do prêmio será equivalente a 50% da remuneração fixa, corresponde a soma das seguintes verbas salariais: salário base, anuênio, gratificação por função incorporada, gratificação por função-DCA, periculosidade, insalubridade, adicional de linha viva, quebra de caixa e gratificação por comissões (somente os valores fixos) de cada empregado e limitado ao valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo pago a todos os empregados ativos na data da assinatura do acordo coletivo;

b) O prêmio será pago para cada empregado na proporção de 01/12 avos por mês trabalhado no ano de 2025. Empregados em afastamento por auxílio doença, auxílio acidente ou qualquer outra espécie de afastamento ou licença, excluídos os afastamentos para gozo de prêmio assiduidade constante na cláusula 27ª (vigésima sétima) deste ACT e para atuação como Dirigente Sindical, constante na cláusula 33ª (trigésima terceira) deste ACT, terão o valor do referido prêmio reduzido na proporção de seus afastamentos no ano de 2025, a razão de 01/12 avos para cada período de 30 dias ou único superior a 15 dias.

c) A verba não integrará a base de nenhuma parcela salarial, bem como não terá reflexos nas férias, abono de 1/3 (um terço) de férias e décimo terceiro salário.

d) O pagamento do prêmio será feito com base na remuneração do mês de março de 2026, em duas parcelas iguais, juntamente com a folha de pagamento dos meses de agosto e outubro de 2026.

O Prêmio por Desempenho que será pago em 2027 será da seguinte forma:

A ELETROCAR concederá Prêmio por Desempenho aos seus empregados, nos termos do artigo 457, §§ 2º e 4º da CLT, com natureza jurídica de liberalidade, não incorporável ao salário, não constituindo base de incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários. A partir do exercício corrente, o Prêmio por Desempenho passa a ter como finalidade reconhecer efetivamente o desempenho individual, setorial e institucional da Companhia, estando condicionado ao atingimento de metas objetivas previamente estabelecidas. O valor máximo do prêmio corresponderá a 60% (sessenta por cento) da remuneração fixa do empregado, limitado ao valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§1º - Estrutura do Prêmio

O cálculo do prêmio observará a seguinte composição: I – 40% (quarenta por cento) vinculados aos Indicadores Globais da Empresa; II - 40% (quarenta por cento) vinculados aos Indicadores da Área de Atuação; III - 20% (vinte por cento) vinculados ao Desempenho Individual do Empregado. O pagamento será proporcional ao grau de cumprimento das metas estabelecidas.

§2º- Indicadores Globais Os Indicadores Globais poderão contemplar, dentre outros: a) Cumprimento das metas regulatórias continuidade do serviço (DEC e FEC globais); b) Equilíbrio econômico-financeiro da concessão; de c) Execução do plano anual de investimentos aprovado; d) Cumprimento das obrigações regulatórias perante a ANEEL.

§3º - Indicadores por Área Os Indicadores Setoriais serão definidos de acordo com a natureza das atividades desempenhadas, podendo abranger: 1 - Área Comercial: inadimplência, perdas não técnicas, cumprimento de prazos regulatórios e índice de reclamações procedentes; II - Área Técnica: metas de DEC e FEC, tempo médio de restabelecimento e execução do plano de manutenção; III - Área Financeira: liquidez corrente, cumprimento orçamentário e regularidade das obrigações financeiras; IV - Área Contábil: cumprimento de obrigações fiscais e regulatórias, conformidade com normas contábeis e ausência de penalidades relevantes; V - Diretoria Executiva e Assessorias: cumprimento do plano estratégico, metas regulatórias e execução do plano de investimentos.

§4º - Indicador Individual

O desempenho individual será aferido por critérios objetivos previamente divulgados, considerando, dentre outros: a) Cumprimento de metas individuais; b) Qualidade técnica; c) Assiduidade; d) Conduta ética e disciplinar; e) Participação em treinamentos e desenvolvimento. A avaliação de cada item disposto nesse indicador será realizada pelo gerente da área, e após será apresentada individualmente ao colaborador que assim desejar. §5º - Condição de Pagamento I. O valor total do prêmio será equivalente a 60% da remuneração fixa, corresponde a soma das seguintes verbas salariais: salário base, anuênio, gratificação por função incorporada, gratificação por função-DCA, periculosidade, insalubridade, adicional de linha viva, quebra de caixa e gratificação por comissões (somente os valores fixos) de cada empregado e limitado ao valor individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). O prêmio será pago para cada empregado na proporção de 01/12 avos por mês trabalhado no ano de 2026. Empregados em afastamento por auxílio doença, auxílio acidente ou qualquer outra espécie de afastamento ou licença, excluídos os afastamentos para gozo de prêmio assiduidade constante na cláusula 27ª (vigésima sétima) deste ACT e para atuação como Dirigente Sindical, constante na cláusula 33ª (trigésima terceira) deste ACT, terão o valor do referido prêmio reduzido na proporção de seus afastamentos no ano de 2026, a razão de 01/12 avos para cada período de 30 dias ou único superior a 15 dias.

III. A verba não integrará a base de nenhuma parcela salarial, bem como não terá reflexos nas férias, abono de 1/3 (um terço) de férias e décimo terceiro salário. IV. O pagamento do prêmio será feito com base na remuneração do mês de março de 2026,

em duas parcelas iguais, juntamente com a folha de pagamento dos meses de agosto e outubro de 2025. VI. - À inexistência de penalidades regulatórias graves decorrentes de descumprimento das metas institucionais. VII. A regulamentação detalhada dos indicadores, metas e critérios de apuração será formalizada por ato administrativo interno, garantindo transparência objetividade. e VIII. A apuração das metrificações se dará até o final do mês de fevereiro de cada ano, considerando como referência o período anual anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE

A ELETROCAR reembolsará a seus empregados as despesas com matrículas e mensalidades realizadas em creches, pré-escolas e escolas de seus filhos com idade entre 0 (zero) e 6 (seis) anos, em estabelecimento que poderá ser escolhido pelo trabalhador, no valor de até 85% (oitenta e cinco por cento) do salário mínimo regional, mensalmente para cada filho.

Parágrafo primeiro: O benefício do auxílio creche cessará quando o menor iniciar o ensino fundamental ou quando completar 7 (sete) anos, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo segundo: Para o recebimento do auxílio creche, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

- a) Comprovante de matrícula em papel timbrado e com CNPJ da instituição de ensino e/ou cópia do alvará de licença da prefeitura da localidade;
- b) Recibo de pagamento mensal em papel timbrado, com CNPJ da instituição de ensino.

Parágrafo terceiro: Nos casos em que ambos os pais dos filhos menores sejam empregados da ELETROCAR, caberá este auxílio somente a um dos pais.

Parágrafo quarto: O reembolso a título de auxílio creche será efetuado juntamente com o pagamento da folha mensal.

Parágrafo quinto: Acordam as partes que o auxílio creche tem natureza indenizatória, não constituindo parcela salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – AUXÍLIO MORADIA

A ELETROCAR fornecerá auxílio moradia a todo empregado que for transferido do município de Carazinho, sede da empresa, para exercer funções da ELETROCAR, a partir de 31/7/2003 e não possua residência própria no município de trabalho.

Parágrafo primeiro: O valor do auxílio moradia será reajustado a partir de 01/03/2024 pelos mesmos índices do reajuste salarial.

Parágrafo segundo: O auxílio moradia somente será devido ao empregado que for transferido de Carazinho pela ELETROCAR e efetivamente fixar residência em outro

município para exercer atividades a pedido da ELETROCAR e no período em que estiver residindo naquele outro município.

Parágrafo terceiro: Será estendido o auxílio moradia durante o período em que o empregado permanecer em auxílio doença, pelo prazo de até 3 (três) meses.

Parágrafo quarto: Para os empregados que se encontrarem afastados e percebendo auxílio acidentário, vigorará o estabelecido na cláusula 23ª (vigésima terceira) – Acidente de trabalho.

Parágrafo quinto: o auxílio moradia, quando percebido pelo empregado, terá reflexo na apuração do 13º salário, correspondente a fração de 1/12 avos, bem como na apuração das férias, em consonância com a Súmula 253/TST.

Parágrafo sexto: O empregado não fará jus ao auxílio moradia previsto nesta cláusula quando a transferência ocorrer por ato emitido a partir da vigência deste acordo coletivo para unidade em que a empresa possua residência própria, apta para habitação do empregado transferido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A ELETROCAR pagará adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) aos empregados que exercerem sua atividade em área periculosa, conforme laudo emitido por empresa habilitada, bem como para aqueles que exerçam a função de leiturista de medidores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – BOLSA DE ESTUDOS

A ELETROCAR concederá aos seus empregados auxílio para custeio de estudos nos níveis técnico, médio e superior, através de financiamento de matrículas e mensalidades nos valores totais ou em parte, observados os requisitos previstos no regulamento específico denominado PIAE – Programa de Incentivo ao Aperfeiçoamento Educacional, desde que haja disponibilidade financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CÓDIGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÕES (CBO)

Quando inexistir na listagem do Código Brasileiro de Ocupações – CBO um código idêntico ao nome do cargo ocupado pelo empregado, será dado o enquadramento no CBO que mais se aproximar das atribuições do cargo. Este código será utilizado na SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) e na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e onde mais for necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A ELETROCAR, respeitando os critérios de oportunidade por ela eleitos, os quais envolvem condições técnicas e econômicas, promoverá treinamento de seu pessoal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIA

O empregado em substituição de chefia terá direito a partir do 1º (primeiro) dia de nomeação ao recebimento do valor da Função Gratificada correspondente a chefia objeto da substituição, proporcional ao período de substituição, podendo esta ocorrer a partir do 1º (primeiro) dia de ausência do titular do cargo/função, a critério da Diretoria Executiva.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ACIDENTE DE TRABALHO

Em caso de acidente de trabalho, assim definido e reconhecido pela Previdência Social ou por decisão judicial, que implique em pagamento de benefício conforme a legislação vigente, a ELETROCAR assegurará o pagamento da diferença eventualmente existente entre o valor percebido pelo empregado junto à Previdência Social e a remuneração fixa (salário nominal, anuênio, gratificação por função incorporada, gratificação por função-DCA, gratificação de função em comissões, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de linha viva, quebra de caixa e auxílio moradia) que receberia se em atividade estivesse, durante o período de afastamento, limitado ao seu retorno ao trabalho ou a concessão de aposentadoria.

Parágrafo primeiro: A ELETROCAR pagará diretamente ou por meio de reembolso, todas as despesas médicas, hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, medicamentos e outras, necessárias à recuperação do empregado de forma supletiva, à cobertura assegurada pelas entidades as quais o empregado esteja vinculado para atendimento de ocorrências desta natureza, mediante laudo próprio.

Parágrafo segundo: a ELETROCAR poderá a seu critério e a seu custo, determinar a realização dos exames médicos periciais, objetivando avaliar as condições de saúde do empregado, beneficiário do previsto nesta cláusula, verificando o nexo causal existente entre o acidente, o tratamento e as despesas, podendo suspender o pagamento a qualquer tempo quando ficar constatada qualquer irregularidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – JORNADA DE TRABALHO

Para os empregados da ELETROCAR é fixada a duração da jornada de trabalho semanal de 42h05min (quarenta e duas horas e cinco minutos) de segunda a sexta-feira, inclusive, compensando-se o sábado não trabalhado. O expediente diário será cumprido das 8:00 às 11:55 e das 13:30 às 18:00. Aos empregados que trabalham em turno de revezamento, a presente garantia restringe-se ao asseguramento da jornada semanal

de 42h05min (quarenta e duas horas e cinco minutos), sem prejuízo da jornada fixada na Lei Magna.

Parágrafo primeiro: Ocorrendo o atraso na chegada do empregado e sendo admitido o seu ingresso no posto de trabalho, o empregador não poderá descontar-lhe o repouso semanal remunerado correspondente. Ocorrendo o atraso na chegada do empregado de até 5 (cinco) minutos do horário estabelecido para entrada e sendo admitido o seu ingresso no posto de trabalho, não será descontado o tempo total de atraso. De igual modo, o tempo gasto pelo empregado para registro do ponto nos 5 (cinco) minutos que antecedem e sucedem a sua jornada normal, não será considerado como hora extra.

Parágrafo segundo: Para o empregado no exercício da função de advogado ou assessor jurídico fica estipulada jornada de trabalho de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas semanais e de no máximo 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SOBREAVISO

A ELETROCAR considerará como tempo de sobreaviso todo o período em que o empregado permanecer em sua residência, desde que tenha recebido determinação escrita para aguardar a qualquer momento o chamado para o serviço. As horas de sobreaviso, para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) dos salário/hora percebido pelo empregado, nos termos do artigo 244, §2, da CLT. A ELETROCAR não descontará do horário de sobreaviso o intervalo para refeição quando este for inferior a 1 (uma) hora.

Parágrafo único: O empregado em escala de sobreaviso, a partir do momento em que for chamado para trabalhar, deixará de perceber o provento do sobreaviso, passando a perceber o valor das horas extras legalmente devidas no período da realização dos serviços. Após o término da atividade e se ainda estiver em período de escala de sobreaviso, voltará a perceber novamente o provento de sobreaviso até o término programado na escala.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – HORAS EXTRAS

O pagamento das horas extraordinárias trabalhadas em dias normais será feito com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das horas normais. Para as horas extraordinárias trabalhadas em dias de repouso ou feriados o adicional será de 100% (cem por cento) sobre o valor das horas normais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PRÊMIO ASSIDUIDADE

A ELETROCAR concederá a todo empregado cujo contrato de trabalho seja regido exclusivamente pela CLT, um prêmio assiduidade, desde que o mesmo possua 10 (dez) anos de serviço prestado à empresa e nesse período não apresente um número superior

a 90 (noventa) faltas, justificadas ou não, e que não tenha sofrido nenhuma punição que lhe tenha acarretado suspensão disciplinar.

- a) Na ocorrência de suspensão disciplinar, iniciará novo período aquisitivo a partir da data do retorno da suspensão, começando nova contagem das faltas justificadas ou não.
- b) A contagem das 90 (noventa) faltas de que trata esta cláusula será considerada para toda a vida funcional do empregado.
- c) Quando o empregado exceder o teto de 90 (noventa) faltas, no 1º dia após este, reiniciará novo período aquisitivo, conforme estabelecido no item “a” do parágrafo segundo desta cláusula, independente do tempo de serviço já prestado na empresa.

Parágrafo primeiro: Para efeito da vantagem, não será considerado como falta o afastamento dos empregados nas hipóteses a que se refere o artigo 473 da CLT, bem como em caso de férias, prêmio assiduidade, realização de exames que estiver sujeito o empregado matriculado em estabelecimento oficial, equiparado, reconhecido ou autorizado, júri e outros serviços obrigatórios por lei, licença gestante e dispensa para amamentar, licença em virtude de acidente de trabalho ou moléstia profissional, desempenho de função eletiva para exercer mandato sindical (art. 543 da CLT), licença para concorrer a cargo eletivo e licença acompanhante constante a cláusula 28ª (vigésima oitava) deste ACT.

- a) No caso de afastamento por auxílio doença, a partir do 16º (décimo sexto) dia será suspensa a contagem do período. No retorno do auxílio, reiniciará a contagem do período afastado nesta hipótese, prorrogando desta forma o período aquisitivo do empregado.

Parágrafo segundo: O prêmio assiduidade será concedido na forma que segue:

- a) 10 (dez) anos de efetivo trabalho serão concedidos 30 (trinta) dias de licença, sendo 15 (quinze) dias de licença remunerada a critério do empregado ou a totalidade desde que para tanto haja consentimento do empregador.
- b) 15 (quinze) anos de efetivo trabalho serão concedidos 60 (sessenta) dias de licença, sendo 30 (trinta) dias de licença remunerada a critério do empregado ou a totalidade desde que para tanto haja consentimento do empregador.
- c) 20 (vinte) anos de efetivo trabalho serão concedidos 90 (noventa) dias de licença, sendo 45 (quarenta e cinco) dias de licença remunerada a critério do empregado ou a totalidade desde que para tanto haja consentimento do empregador.
- d) 25 (vinte e cinco) anos de efetivo trabalho serão concedidos 104 (cento e quatro) dias de licença, sendo 52 (cinquenta e dois) dias de licença remunerada a critério do empregado ou a totalidade desde que para tanto haja consentimento do empregador.

- e) 30 (trinta) anos de efetivo trabalho serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença, sendo 60 (sessenta) dias de licença remunerada a critério do empregado ou a totalidade desde que para tanto haja consentimento do empregador.
- f) 35 (trinta e cinco) anos de efetivo trabalho serão concedidos 150 (cento e cinquenta) dias de licença, sendo 75 (setenta e cinco) dias de licença remunerada a critério do empregado ou a totalidade desde que para tanto haja consentimento do empregador.

Parágrafo terceiro: Para efeito de cômputo da efetividade para concessão da vantagem, serão considerados os registros funcionais existentes em 01/08/1986.

Parágrafo quarto: Para usufruir o recebimento em pecúnia de que trata esta cláusula, deverá sempre o interessado emitir requerimento próprio para tanto.

Parágrafo quinto: A ELETROCAR concederá a vantagem de que trata esta cláusula nos doze meses seguintes ao ingresso do requerimento.

Parágrafo sexto: Com natureza transitória, fica estipulado que a vantagem já constituída pelo tempo de serviço vencido em 01/08/1986 exclui a menor porventura existente, restando assim tão somente nesta hipótese, vedada a cumulatividade de vantagem.

Parágrafo sétimo: Ao empregado que for demitido ou pedir demissão após ter obtido aposentadoria junto ao órgão oficial, a ELETROCAR efetuará o pagamento proporcional do prêmio assiduidade a que este tiver direito. Nos demais casos de demissões não será devido o pagamento proporcional.

Parágrafo oitavo: O valor do prêmio assiduidade corresponde a soma das seguintes verbas salariais: salário base, anuênio, gratificação por função incorporada, gratificação por função-DCA, periculosidade, insalubridade, adicional de linha viva, quebra de caixa e gratificação por comissões (somente os valores fixos).

Parágrafo nono: As alterações quanto as rubricas constantes no parágrafo oitavo da cláusula 27ª (vigésima sétima) passam a valer em 1º de março de 2026, não repercutindo efeito para os pedidos do prêmio assiduidade realizados antes desta data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – LICENÇA ACOMPANHANTE

A ELETROCAR mantém a liberação do empregado que necessite acompanhar dependente legal, cônjuge ou companheiro(a), pai ou mãe, por motivos comprovados de doença destes, mediante atestado emitido pelo especialista que acompanha o(a) paciente, com desconto do dia não trabalhado.

Parágrafo primeiro: Esta liberação, desde que devidamente comprovada, não influenciará na fruição das férias na forma da Lei, bem como não será considerada como interrupção ao tempo de serviço na apuração do prêmio assiduidade.

Parágrafo segundo: Assegura-se o direito a ausência remunerada de 1 (um) dia por semestre ao empregado para levar ao médico filho menor ou dependente

previdenciário de até 16 (dezesesseis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas. (com base no Precedente Normativo do TST nº 95).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – LICENÇA NOJO

A ELETROCAR concederá a todos os seus empregados até 3 (três) dias úteis de licença remunerada, na hipótese de falecimento de parentes de primeiro grau e segundo grau, a critério do empregado.

Parágrafo único: O início da contagem do prazo da licença nojo dar-se-á na data do falecimento, bem como, optando o empregado em não realizar o gozo dessa licença nesse período, não poderá fazê-lo em período diverso.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – PLANO DE SAÚDE

A ELETROCAR pagará a título de plano de saúde, através do ACT, a todos os seus empregados, até os valores máximos por faixa etária, conforme tabela vigente, cujo valor será reajustado nos mesmos índices aplicados ao contrato vigente, firmado com a operadora contratada, não tendo natureza salarial ou remuneratória, não sendo incorporável.

Parágrafo primeiro: A ELETROCAR efetuará o desconto de R\$ 11,52 (onze reais e cinquenta e dois centavos) mensais a título de contribuição mínima do beneficiário titular.

Parágrafo segundo: Os valores das faixas etárias que excederem a tabela estipulada pela ELETROCAR e as demais despesas, tais como mensalidade de dependentes, coparticipação do titular e dependentes, diferença de plano do titular e dependentes, serão suportados pelo beneficiário titular, o qual autoriza o desconto em folha de pagamento.

Parágrafo terceiro: A ELETROCAR cobrirá também a taxa de custeio administrativo, se houver, referente ao plano de saúde de seus empregados no percentual de 3% (três por cento) sobre o valor das mensalidades.

Parágrafo quarto: A ELETROCAR contribuirá até o limite de R\$ 80,00 (oitenta reais) para o valor da mensalidade do plano de saúde do cônjuge/companheiro(a) ou filho até 18 (dezoito) anos. O benefício não será cumulativo, sendo que o empregado deverá comunicar para qual dependente deseja utilizar o referido benefício. O benefício cessará no mês em que o filho completar 19 anos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DOAÇÕES DE SANGUE

No intuito de incentivar a doação de sangue e em complementação ao Art. 473 da CLT, a empresa não descontará do salário do empregado nos casos de doação voluntária de

sangue, devidamente comprovada, independentemente da quantidade de dias ocorrido no ano.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DELEGADO SINDICAL

Fica assegurada a estabilidade aos delegados sindicais, titulares e suplentes, eleitos conforme prevê a legislação vigente.

Parágrafo primeiro: Aos delegados titulares é assegurada a liberação pelo período de 3(dias) por mês, sem prejuízo do salário e demais vantagens, para o exercício de seus encargos sindicais desde que seja solicitada por um Diretor do SENERGISUL, por requerimento com antecedência mínima de 1(um) dia.

Parágrafo segundo: Fica o delegado liberado pelo período integral de suas atividades normais desde que solicitado pelo SENERGISUL, para exercer suas atividades sindicais no período posterior a entrega da pauta de reivindicação da categoria até o momento da assinatura definitiva do acordo judicial, caso haja, que vigorará pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DIRIGENTE SINDICAL

A ELETROCAR assegurará a liberação, através de solicitação formal e específica do Suscitante, para atuação junto a sua Diretoria Estadual, a liberação de 1(um) empregado regularmente eleito para tal.

Parágrafo único: Ao dirigente eleito é assegurada a liberação para exercer seu mandato sindical, sem prejuízo do salário e demais vantagens, que ocorrerão por conta da ELETROCAR, como se em atividade estivesse.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DESCONTO A FAVOR DO SUSCITANTE

A ELETROCAR manterá canal de descontos em folha de pagamento ao SENERGISUL, ficando comprometida em realizar o repasse ao SENERGISUL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO (PDI)

A ELETROCAR se compromete a estudar melhor os impactos e promover novo diálogo sobre o assunto em momento posterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA EM SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIA

Fica facultado à critério do Gerente da área e desde que anteriormente autorizada a redução do intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo legal de 30 (trinta) minutos para jornadas superior a seis horas, exclusivamente em casos de contingência. Nessas hipóteses, deverá ser efetuado o pagamento apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – EXTENSÃO DA JORNADA DE TRABALHO E PAGAMENTO DE HORAS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA


Em situações de dias críticos, motivadas por força maior, necessidade de conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, a jornada de trabalho possa ser estendida até o limite de 12 (doze) horas diárias.

As horas laboradas além da jornada normal convencionalizada deverão ser remuneradas como horas extras, observados os adicionais previstos em lei e no ACT.


Pela ELETROCAR

JESSICA LARGER Assinado de forma digital
por JESSICA LARGER
PREVIATTI:02342 PREVIATTI:02342334001
334001 Dados: 2026.04.13
14:09:27 -03'00'

Jéssica Larger Previatti
CPF: 023.423.340-01
Diretor Presidente


Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA DE SOUZA SARTORI
Data: 13/04/2026 16:56:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Paula de Souza Sartori
CPF: 016.199.650-70
Diretora Adm/ Financeira


Documento assinado digitalmente
 EZEQUIEL FAGGION
Data: 13/04/2026 17:05:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ezequiel Faggion
OAB/RS. 94738B
Assessor Jurídico – Eletrocar

Pelo SENERGISUL

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO JAILSON DA SILVA SILVEIRA
Data: 14/04/2026 17:28:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antônio Jailson da Silva Silveira
CPF: 903.292.360-91
Diretor Presidente

Documento assinado digitalmente
 LUIS ALBERTO DA SILVA BASTOS
Data: 13/04/2026 18:12:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luis Alberto da Silva Bastos
CPF: 438.805.680-49
Diretor